

# APSS

Administração dos Portos  
de Setúbal e Sesimbra, SA

## **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DE 2017**

**do**

## ***PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS***

**SETÚBAL, 2018**

8ª EDIÇÃO

## ÍNDICE

	Pág.
1. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	2
2. MEDIDAS ADOTADAS NO ANO DE 2017	6
3. AÇÕES A DESENVOLVER EM 2018	24
3.1 CALENDARIZAÇÃO DAS AÇÕES NO ANO DE 2018	25
4. RISCOS ELIMINADOS/ REDUZIDOS	26
5. RISCOS IDENTIFICADOS AO LONGO DO ANO QUE NÃO FORAM CONSIDERADOS NO PLANO INICIAL.	26
6. OPORTUNIDADES DE MELHORIA	26
7. CONCLUSÕES	27

## 1. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Pela Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro, foi criado o Conselho de Prevenção da Corrupção, como entidade administrativa independente, a funcionar junto do Tribunal de Contas, o qual desenvolve uma atividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas.

O **Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da APSS,S.A.**, foi criado na sequência da Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção, publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 140, de 22 de Julho de 2009, aprovado pelo C.A. da APSS por Deliberação de 29 de Dezembro de 2009.

Este veio dar resposta à necessidade de um plano global, integrado e abrangente, que sistematizasse os objetivos e compromissos da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra na prevenção de Riscos de Corrupção.

A constituição da **Comissão de Monitorização do PGRIC** foi atualizada pela deliberação 245/2013 C.A. de 3 de junho de 2013, em virtude de um dos seus membros ter assumido a presidência da empresa.

### **Membros da Comissão de Monitorização:**

**- Eng.º Pedro Ponte;**

**- Dr.ª Manuela Duarte;**

**- Dr.ª Joana Coelho;**

**- Dr. Valadas Lopes;**

Assumindo que a gestão do risco é um processo de análise metódica dos riscos inerentes às atividades de prossecução das atribuições e competências das instituições, tendo por objetivo a defesa e Proteção de cada interveniente nos diversos processos, salvaguardando-se, assim, o interesse coletivo.

Verifica-se que atualmente o modelo organizativo da APSS,S.A. se encontra direcionado para a criação de valor no setor portuário, tendo em consideração os recursos disponíveis, as necessidades dos clientes diretos, a proteção ambiental e o enquadramento socioeconómico regional.

Assim sendo, reconhecendo que a gestão de riscos passa em grande medida pela prevenção e formação de todos os colaboradores desta estrutura, muitas vezes orientados para os aspetos que representam a sua atividade principal diária, procurou-se gradativamente estimular e desenvolver uma atitude mais consciente e participativa na identificação dos riscos nos respetivos processos.

Este envolvimento dos serviços e da comunidade portuária tornou-se mais evidente nos trabalhos conducentes à obtenção do estatuto de **ECOPORT**, tendo culminando, já em 2018, com um reconhecimento da **ESPO (European Sea Ports Organisation)**, com a atribuição de uma classificação de 100% a nível do PERS (Port Environment Review System) e da ISO 14001 (Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente), e pela 1ª vez o indicador EMAS –“EU ECO Management and Audit Scheme”, com o valor standard de 98,44%, o que traduz um nível de excelência do Porto de Setúbal no seu desempenho ambiental, no que diz respeito às metodologias de movimentação e armazenagem de mercadorias, à medição da qualidade da água e do ar, ao ordenamento e usos do solo, ao levantamento de questões ambientais significativas, às medidas de prevenção dos ecossistemas e à Relação Porto-Cidade.

O Porto de Setúbal tornou-se o primeiro porto Português a atingir o patamar de ECOPORT, percurso que evidencia uma maior consciência para os riscos ambientais, para o controlo dos riscos admissíveis e para a salutar convivência com toda a sua envolvente.

Essa procura do reforço na interação Porto-Cidade de Setúbal conduziu por via da Deliberação 495/2013, de 13 de dezembro, à aprovação de um grupo de trabalho específico para a construção de uma relação de proximidade entre as duas entidades cujo particular enfoque são as áreas dominiais localizadas nas zonas-ribeirinhas sem interesse portuário.

Ainda no âmbito ambiental (Referencial Normativo da ISO 14001:2004), o SGA - Sistema de Gestão Ambiental, foi recertificado com sucesso em outubro de 2017, pela *Lloyd's Register Quality Assurance*.

Essa mesma entidade, em julho e outubro de 2017, auditou com sucesso o SGQAS – Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança da APSS, nos termos dos referenciais OSHAS 18001:2007 e NP EN ISO 9001:2008, no âmbito das auditorias de acompanhamento realizadas.

- No sentido de continuar a dar cumprimento à Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção, Recomendação n.º1/2015 de 7 de janeiro e Recomendação n.º3/2015 de 7 de julho:
- Procedeu-se a nova revisão e atualização do **Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas** da APSS,S.A. (PGRIC) de modo a que este continue a espelhar a realidade atual da organização. A décima revisão do documento, foi aprovada pela DE 217/2018 CA, de 24 de maio.
- No cumprimento do disposto na recomendação nº 5/2012 do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 7 de novembro desenvolveram-se as seguintes ações:
  - a) Procedeu-se a nova revisão e atualização do **Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas** da APSS,S.A. (PGRIC) de forma a evidenciar ainda mais as questões relativas à prevenção de conflitos de interesses e para que espelhe cabalmente a realidade atual da organização.

b) Produziu-se o presente relatório de execução anual contemplando nomeadamente:

- I. Identificação das medidas adotadas no ano de 2017 e das medidas a adotar no ano de 2018;
  - II. A descrição dos riscos eliminados ou cujo impacto foi reduzido e daqueles que se mantêm;
  - III. Os riscos identificados ao longo do ano que não foram considerados no plano inicial.
- No cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro, destacam-se as seguintes alterações no seio da empresa:

**– Referente ao Artigo 36º do Decreto-Lei nº 133/2013, - “Alteração dos estatutos”**

No exercício de 2016 ocorreram as alterações estatutárias decorrentes do cumprimento do DL 15/2016.

**– Referente ao Artigo 44º do Decreto-Lei nº 133/2013 – “Obrigações de Divulgação”**

**DIVULGAÇÃO EXTERNA:**

O PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS continua a estar disponível em:

- [http://www.portodesetubal.pt/documentos\\_institucionais.htm](http://www.portodesetubal.pt/documentos_institucionais.htm)

**– Referente ao Artigo 46º do Decreto-Lei nº 133/2013—“Prevenção da Corrupção”**

*Não foram reportadas ou detetadas internamente ocorrências de factos que configurem matéria de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no setor público empresarial;*

*Contudo, no cumprimento da legislação em vigor elabora-se o presente relatório e analisa-se no âmbito do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas o risco de ocorrência dos factos mencionados na alínea a) do nº1 do artigo 2º da Lei 54/2008, de 4 de setembro.*

***– Referente ao Artigo 55º do Decreto-Lei nº 133/2013- “Princípios orientadores da prestação de serviço público ou de interesse económico geral”***

No ano de 2017 prosseguiu-se com o reforço da Resiliência da continuidade do negócio da organização, por via da maturação do projeto de DRP – *Disaster Recovery Plan*.

## 2. MEDIDAS ADOPTADAS NO ANO DE 2017

### Medidas adotadas no ano de 2017

- Atualização e divulgação permanente da Matriz de Diplomas legais e Normativos aplicáveis às atividades da Organização;

G:\Divulgação SGQA\DOCUMENTOS SGQA\REGISTOS

#### MATRIZ DE ANÁLISE DE REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

Data de Atualização: 29-05-18

Medida 1

- |  |  |
|--|--|
| 01 <u>Legislação da área portuária</u>       | 11 <u>Emergências</u>                    |
| 02 <u>Emissões Gasosas</u>                   | 12 <u>VTS</u>                            |
| 03 <u>Energia e Equipamentos sob Pressão</u> | 13 <u>Controlo Metrológico</u>           |
| 04 <u>Água / Dominio Publico Hidrico</u>     | 14 <u>Segurança</u>                      |
| 05 <u>Resíduos</u>                           | 15 <u>Empreitadas, concursos e Obras</u> |
| 06 <u>Ruído</u>                              | <u>Armazenamento em depósitos</u>        |
| 07 <u>Avaliação de Impacte Ambiental</u>     | 16 <u>Temporários</u>                    |
| 08 <u>Conservação da Natureza</u>            | 17 <u>Legislação Geral</u>               |
| 09 <u>Responsabilidade Ambiental</u>         | 18 <u>Normas e Regulamentos</u>          |
| 10 <u>Produtos Perigosos e PCB's</u>         | <u>Segurança e Saúde no Trabalho</u>     |
|  | 19 <u>(SST)</u>                          |

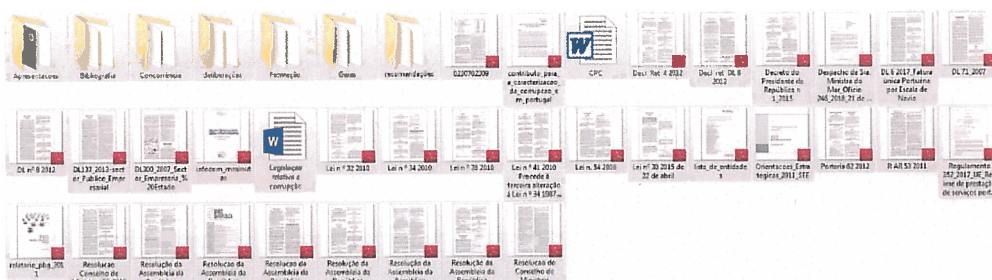


- Manutenção na rede interna de uma pasta dedicada aos assuntos da corrupção:

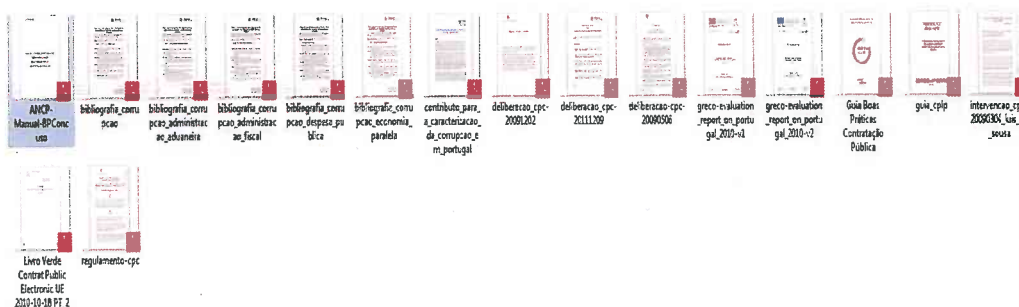
**1ª Legislação específica;**

**2ª Bibliografia relevante;**

**G:\Divulgação\_SGQA\DOCUMENTO EXTERNOS\_Legislacao\Legislação relativa a Corrupção**




**G:\Divulgação\_SGQA\DOCUMENTO EXTERNOS\_Legislacao\Legislação relativa a Corrupção\Bibliografia**



**Nota: o PGRIC da APSS de 2018 foi elaborado dando cumprimento às recomendações dirigidas a Portugal, em matéria de corrupção, pelo Grupo de Estados do Conselho da Europa contra a Corrupção, pelas Nações Unidas e pela OCDE, com base na 35ª alteração efetuada ao Código Penal, decorrente da Lei n.º 30 de 22-04-2015 do Ministério da Justiça.**



- Revisão dinâmica do Plano (PGRCIC)  
(sempre que surgiu um facto novo relevante para o efeito o plano foi atualizado);
- Documentação controlada no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança;
- Divulgação por e-mail a todos/as os/as colaboradores/as aquando do surgimento de nova revisão;
- Publicação da última versão do documento na rede interna.

 <small>Administração dos Portos do Sotúbal e Sotúmar, S.A.</small>	<b>PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS</b>	PLA_02_PGRCIC
		Edição: 1
		Revisão: 7
		Página: 3 / 61

Folha de controlo das versões



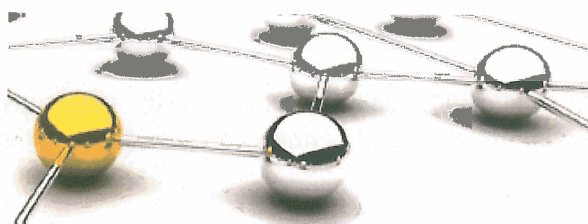
N.º Rev.	Data	Elaborado	Verificado	Aprovado	Objeto da Revisão
5	15/01/2013	Todas as Direções		CA	Atualizou-se o Plano de modo a espelhar o teor das deliberações: - DE 273/2012 CA de 30/05/2012 criação da DGDPS; - DE 432/2012 CA de 19/10/2012 criação do GAQAS; Sexta versão do documento, aprovada pela DE 019/2013 CA, de 17/01/2013.
6	28/03/2013	Todas as Direções		CA	Atualizou-se o Plano de modo a espelhar o teor da deliberação: - DE 102/2013 CA de 08/03/2013, distribuição de pelouros Atualizaram-se as Principais Atribuições e Competências da APSS, S.A; No cumprimento do disposto na recomendação nº 5/2012 do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 7 de novembro atualizou-se o código de ética e de conduta; - Acrescentou-se a Política de Prevenção de Conflitos de Interesses e introduziram-se Recomendações Gerais; Sétima versão do documento, aprovada pela DE 245/2013 CA, de 03/06/2013.
7	10/03/2014	Todas as Direções		CA	Atualizou-se o Plano de modo a espelhar o teor das deliberações, DE 026/2014 e DE 082/2014: 1. Alteração da designação da DELOG para DCLOG e da DGC para DGCS; 2. Reorganização na DSFA - Direção de Serviços Financeiros e Aprovisionamento; 3. Criação da DPPE - Direção de Desenvolvimento Portuário e Projetos Estratégicos. Oitava versão do documento, aprovada pela DE 170/2014 CA, de 04/04/2014.

	N.º Rev	Data	Elaborado	Verificado	Aprovado	Objeto da Revisão
Medida 3	8	22/04/2015	Todas as Direções	Comissão de Monitorização do PGRIC	CA	<p>Atualizou-se o Plano de modo a espelhar o teor da deliberação:</p> <p>- DE 193/2014 CA de 17/04/2014</p> <p>Alteração da designação do GAQAS – Gabinete da Qualidade, Ambiente e Segurança para GIQAS – Gabinete de Inovação, Qualidade, Ambiente e Segurança.</p> <p>Substituição da sigla SGQA por SGQAS – Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança.</p> <p>Alterou-se a graduação do risco do processo de contratação/aquisição de bens e de serviços e empreitadas.</p> <p>Nona versão do documento, aprovada pela DE 219/2015 CA, de 08/05/2015.</p>
	9	13/03/2017	Todas as Direções	Comissão de Monitorização do PGRIC	CA	<p>Atualizou-se o Plano de modo a espelhar o teor das seguintes deliberações:</p> <p>- DE 206/2015 CA de 24-04-2015 - Criação do Setor de Formação;</p> <p>- DE 579/2015 CA de 19/11/2015 - Criação do GSP – “Gabinete Smart Ports”; a DGCS passa novamente a denominar-se DGC;</p> <p>- DE 075/2016 CA de 04/02/2016 - extinção do DeSI – Departamento de Sistemas de Informação, sendo o pessoal afeto transferido para o GSP;</p> <p>- DE 136/2016 CA de 02/03/2016 - Nomeação de Chefia do Setor de Formação;</p> <p>- Ordem de Serviço n.º 07/2016 de 15-06-2016 - Delegação de competências de coordenação do C.A. eleito para o mandato 2016-2018, nos seus membros.</p> <p>Décima versão do documento, aprovada pela DE 247/2017 CA, de 22/06/2017.</p>

Medida 3	N.º Rev.	Data	Elaborado	Verificado	Aprovado	Objeto da Revisão
	10	19/06/2018	Todas as Direções	Comissão de Monitorização do PGRIC	CA	<p>Atualizou-se o Plano com as seguintes alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inclusão do Código de Conduta do Conselho de Administração da APL, S.A. e da APSS, S.A., aprovado pela DE 124/2018 CA, de 29/03/2018, que passa a integrar o PGRIC da APSS, S.A., no ponto 12 do referido documento.</li> <li>- Atualização do ponto 14 - Divulgação, com a inclusão alguns diplomas relativos a questões de corrupção e infrações conexas.</li> <li>- Décima primeira versão do documento, aprovada pela DE 217/2018 CA, de 24/05 /2018.</li> </ul>

Medida 4	<p>Conforme previsto na RCM n.º 49/2007, de 28 de Março, o site das empresas do Estado, ao qual se pode aceder livremente através do endereço <a href="http://www.dgtf.pt">www.dgtf.pt</a>, divulga informação sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- As empresas;</li> <li>- A carteira de participações do Estado;</li> <li>- O esforço financeiro do Estado;</li> <li>- Os prazos médios de pagamento no âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas;</li> <li>- Os relatórios anuais e trimestrais sobre o SEE, incluindo o relatório dos PBG;             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Os relatórios sobre o regime de capitalização pública ao abrigo da Iniciativa para o Reforço da Estabilidade Financeira (IREF);</li> </ul> </li> <li>- A legislação relevante que enquadra o SEE.</li> </ul> <p>A informação constante do site da APSS (<a href="http://www.portodesetubal/AutoridadePortuaria/PrincipiosdeBomGoverno.pt">www.portodesetubal/AutoridadePortuaria/PrincipiosdeBomGoverno.pt</a>) é objeto de revisão regular tendo em vista garantir a sua constante atualização e conformidade.</p> <p>A APSS, S.A. figura entre as empresas do Setor Empresarial do Estado que obtiveram pelo sétimo ano consecutivo uma taxa global 100% relativamente aos itens avaliados para os Princípios de Bom Governo (PBG).</p> <p>Para análise dos PBG aplicáveis às empresas foram objeto de avaliação os seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b><u>Divulgação de informação:</u></b>              No site do SEE;              No site das empresas;              Nos respetivos Relatórios &amp; Contas.</li> <li>• <b><u>Cumprimento de outras medidas de boa governação, designadamente:</u></b>              Implementação e utilização de sistemas de controlo adequados;              Prevenção de conflitos de interesses.</li> </ul>
----------	---





## ANEXO I

### Empresas com elevado grau de cumprimento dos PBG

AICEP - Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, EPE

ANAM-Aeroportos e Navegação Aérea Madeira, S.A.

APA - Admn. Porto Aveiro, S.A.

APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A.

APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.

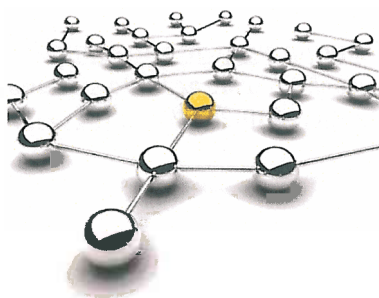
~~APS - Administração do Porto de Sines, S.A.~~

APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Vide pag. 21 do Relatório "PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO RELATÓRIO DE 2013" - Direção-Geral do Tesouro e Finanças, agosto de 2013

Desde a publicação da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 49/2007, de 28 de Março, que define os Princípios de Bom Governo (PBG) que se tem verificado uma aproximação das empresas do SEE às práticas internacionais de *governance*, nomeadamente em áreas como a transparência (divulgação de informação pelas empresas, incluindo a remuneração dos gestores), equidade (no tratamento dos *stakeholders*), de conduta (adesão a código ética), de prevenção de conflitos de interesse e de proporcionalidade.



**PBG**

Princípios de Bom Governo  
Relatório 2013  
agosto 2013

- Foram disponibilizadas na rede interna, todas as apresentações realizadas no seminário "A Prevenção dos Riscos de Corrupção" 22 de Março promovido pelo *Conselho de Prevenção da Corrupção*.  
(Pavilhão Atlântico, Lisboa)



## Apresentação

O *Conselho de Prevenção da Corrupção*, em co-organização com o Tribunal de Contas, vai organizar um Seminário subordinado ao tema "A Prevenção dos riscos de corrupção", o qual decorrerá na Sala Tejo do Pavilhão Atlântico de Lisboa, em 22 de Março de 2010.

Trata-se de uma matéria da mais elevada pertinência e oportunidade, considerando que a actividade de gestão e administração de dinheiros, valores e património públicos, seja qual for a natureza da entidade gestora - de direito público ou de direito privado, administrativo ou empresarial - deve, nos termos da Constituição da República e da lei, pautar-se por princípios de interesse geral, nomeadamente, da prossecução do interesse público, da igualdade, da proporcionalidade, da transparência, da justiça, da imparcialidade, da boa fé e da boa administração.

O presente Seminário tratará de forma especial os planos de prevenção de riscos, cuja elaboração foi recomendada pelo *Conselho de Prevenção da Corrupção* em 1 de Julho de 2009. Nesse sentido serão apresentados alguns Planos por parte de entidades das diferentes estruturas do Sector Público.

Para o efeito, serão convidados especialistas com relevante ligação à prevenção da corrupção, no plano nacional e europeu, os quais dinamizarão as várias sessões do Seminário.

## Índice

- » Apresentação
- » Objectivos
- » Destinatários
- » Inscrição
- » Programa e Documentação
- » Data e Local
- » Informações
- » Lista de Entidades Inscritas

- Desenvolveram-se Auditorias internas aos processos e atividades da organização;




Medida 7	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de Auditorias por entidades Externas com os seguintes âmbitos:</li> </ul>	
	Entidade	Âmbito
	Lloyds Register Quality Assurance	Auditoria de renovação da certificação do Sistema de Gestão Ambiental segundo o referencial ISO 14001:2004
		Auditoria de acompanhamento da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade segundo o referencial ISO 9001:2008
		Auditoria de acompanhamento da certificação segundo o referencial OSHAS 18001:2007
	Tribunal de Contas:	<p>Junho e julho de 2015 – Relatórios disponibilizados em junho de 2016 - “Gestão, monitorização e fiscalização dos contratos de concessão de serviço público das Administrações Portuárias”</p> <p>1. O Tribunal de Contas (TdC) tem desenvolvido, ao longo dos últimos anos, uma abordagem regular do controlo das concessões/PPP com o objetivo, entre outros, de melhorar o modelo de gestão contratual realizado pelos concedentes públicos, identificar os riscos mais recorrentes das concessões e aferir da qualidade dos serviços prestados, sempre com vista a garantir a prossecução do interesse público.</p> <p>2. Neste sentido, o TdC realizou uma auditoria à gestão, monitorização e fiscalização de contratos de concessão de serviço público de movimentação de carga, no âmbito das administrações portuárias (AP).</p>

		<p>3. A auditoria abrangeu 21 contratos de concessão celebrados pelas seguintes AP concedentes: a Administração do Porto de Aveiro, S.A. (1); a Administração dos Portos de Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A. (3); a Administração do Porto de Lisboa, S.A. (10); a Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. (3) e a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. (4).</p> <p>4. O trabalho de campo da auditoria desenvolveu-se entre junho e julho de 2015 na sequência de uma fase de planeamento e de trabalhos anteriores sobre esta matéria.).</p> <p>→ Relatório nº 7/2016 - 2ª Secção - Volume I Sumário executivo, recomendações e decisão</p> <p>→ Relatório nº 7/2016 - 2ª Secção - Volume II Corpo do relatório</p> <p>→ Relatório nº 7/2016 - 2ª Secção - Volume III Documentos do contraditório</p> <p><b>Nota:</b> Foram publicadas no DR. 2ª série, nº 71, de 12 de abril de 2016, as Instruções nº 1/2016, de 17 de março, aplicáveis à APSS, S.A., com documentação obrigatória a enviar ao Tribunal de Contas a partir do exercício de 2016, nos prazos previstos no artº 52º da Lei nº 98/97, de 29 de agosto, alterada pela Lei nº 20/2015, de 9 de março.</p>	
--	--	---	--

Na sequência da Resolução da Assembleia da República nº 53/2011 – foi introduzida a política de comunicação de alegadas irregularidades no seio da organização.

Deste modo foram dinamizados os mecanismos internos de reporte, Integrado no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança face a qualquer situação anómala que careça de correção/prevenção ou que seja passível de melhoria;

		<b>Pedido de Ação</b>		<b>Nº sequencial</b> _____	
<b>Origem:</b> Reclamação <input type="checkbox"/> Não conformidade <input type="checkbox"/> Observação <input type="checkbox"/> Audição <input type="checkbox"/> Sugestão/ Melhoria <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/>					
QC	<b>Nome (Entidade Reclamante/Colaborador):</b> Morada: _____ Contacto: _____				
	<b>Descrição da não conformidade ou situação com potencial de melhoria:</b>  Elaborado por: _____ Data: _____				
GQ/D	<b>Análise e causas:</b>  Elaborado por: _____ Data: _____				
	<b>Correção:</b>  Elaborado por: _____ Data: _____				
GQ/D/CA	<b>A implementar por:</b> _____ <b>Prazo:</b> _____				
	Correção implementada? Sim ___ / Não ___ Nova data: ___/___/___				
	Necessária Ação Corretiva? Sim ___ / Não ___ (caso não seja necessária AG o processo é dado por concluído)				
	Verificado por: _____ Data: _____				
GQ/D	<b>Ação Corretiva ___ Ação Preventiva ___ Ação Melhoria ___:</b>  Elaborado por: _____ Data: _____				
	<b>A implementar por:</b> _____ <b>Prazo:</b> _____				
	<b>Seguimento:</b> Ação implementada? Sim ___ / Não ___ Acompanhamento por: _____ Data: _____				
	Observações: _____				
	Ação foi eficaz? Sim ___ / Não ___ Acompanhamento por: _____ Data: _____				
GQ	Observações: _____				

IMP.006 de 21-06-2012

- Em 2017 foram abertos 39 Pedidos de Ação, decorrentes de auditorias, sugestões, reclamações, não conformidades, observações, etc.

PEDIDOS DE AÇÃO (IMP.006)	Ano 2017
Reclamações	18
Não conformidades	4
Observações	1
Auditorias	15
Sugestão/Melhoria	1
Outros	0
Ação Corretivas	0
Ação Preventivas	0
Ação Melhoria	0
Ação Eficaz	0
Total do número de pedidos de ação	39

- **Análise de tendências e Tratamento estatístico de:**
  - 1- Todas as reclamações instruídas na Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra;
  - 2- Todas as Não Conformidades e Observações detetadas em auditoria interna e externa;



Medida 10	<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgação na rede interna dos conteúdos programáticos da formação em <b><u>"Gestão de Riscos de Corrupção"</u></b> ministrada pelo formador <b><u>Dr. Rui Águas</u></b> (<b><u>Auditor da Direcção-Geral do Tribunal de Contas</u></b>) no seguinte endereço:</li> </ul> <p>G:\Divulgação_SGQA\DOCUMENTO EXTERNOS_Legislacao\Legislação relativa a Corrupção\Formação</p>
Medida 11	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sensibilização interna promovida pelos/as Diretores/as de serviço aos/às colaboradores/as adstritos/as aos respetivos serviços;</li> <li>Cada Diretor/a é responsável por sensibilizar os/as respetivos/as colaboradores/as;</li> </ul>
Medida 12	<ul style="list-style-type: none"> <li>Envolvimento de todas as Direções de Serviço na revisão e atualização do (PGRIC);</li> </ul> <p>Cada Direção realiza uma reflexão relativa à graduação do risco das atividades consideradas no Plano.</p>
Medida 13	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reunião da Comissão de Monitorização do Plano.</li> </ul> <p>Realizada uma reflexão conjunta quanto ao teor da nova revisão do Plano;</p>
Medida 14	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reunião da Comissão de Monitorização com a gestão de Topo;</li> </ul> <p>Abordagem conjunta dos pontos mais sensíveis;</p>

Medida 15	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aprovação da décima revisão do PGRCIC - <i>Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da APSS, S.A.</i>, por via da DE 217/2018 – CA, de 24 de maio.</li> </ul>
Medida 16	<ul style="list-style-type: none"> <li>Envio das revisões do <u><i>Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da APSS, S.A.</i></u>, e do respetivo relatório de execução anual aos seguintes órgãos de <u>superintendência, tutela e controlo</u>: <ul style="list-style-type: none"> <li>1º <u>Conselho de Prevenção da Corrupção</u>;</li> <li>2º Gabinete <u>do Ministério do Mar</u>;</li> <li>3º <u>Inspeção-Geral de Finanças</u>;</li> </ul> </li> </ul>
Medida 17	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tratamento sistémico de todas as ações instruídas junto do Provedor do Cliente do Transporte Marítimo, que presentemente encontra-se em processo de designação.</li> <li>Em 2017 não houve nenhuma reclamação apresentada junto do Sr. Provedor do Cliente do Porto de Setúbal.</li> </ul>
Medida 18	<p>No exercício 2017 não houve alterações na Estrutura Organizacional da APSS, S.A., tendo ocorrido apenas algumas transferências de colaboradores entre Serviços, evolução de carreiras/categoria profissional e reconversão profissional de colaboradores.</p>



- Recurso à ferramenta *online* Gestão Transparente.org para a quantificação da exposição do Risco



Gestão Transparente.org

É a prática de gestão de risco de corrupção nas organizações

#### Organização

Dimensão:	Entidade:
PME	Entidade privada Com capitais públicos

#### Países

Sede:	Países com quem desenvolve negócios:
Portugal	Portugal

#### Sectores

Sector actividade:	Áreas de actividade de entidades com quem realiza negócios:
Transportes e Armazenagem	Indústria Ligeira Indústria Pesada Petróleo e Gás Serviços Públicos Tecnologias da Informação Transportes e Armazenagem

#### Adm. Pública

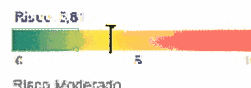
Relaciona-se?	Formas:
Sim	Requerimento de licenças/autorizações/concessões

#### Intermediários

Utiliza?	Tipo:
Não	

#### Parceiros

Negócios em parceria?	Tipo:
Não	



#### Medidas de prevenção

##### Diagnóstico

Análise interna  
Mapeamento e Avaliação de Riscos  
Análise do país  
Análise do setor

##### Orientação

Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações conexas  
Política Anticorrupção da Organização  
Código de Ética e Conduta  
Política Anticorrupção para Interlocutores de Negócio  
Política e Procedimentos de Ofertas, Acolhimentos, Patrocínios, Donativos e Filiações  
Política de Pagamentos  
Política de Recrutamento  
Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais  
Política de Prevenção de Conflito de Interesses

##### Intervenção

Comissão/Responsável de Controlo com Funções Anticorrupção  
Seleção e Análise de Interlocutores de Negócio  
Formação na Área Anticorrupção  
Comunicação Interna

**Risco: 3.61 – Moderado**

- A APSS,S.A. participou ativamente no questionário sobre Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas promovido pelo CPC

De: Conselho de Prevenção da Corrupção [<mailto:CP-Corruptao@kontas.pt>]

Enviada: terça-feira, 20 de Janeiro de 2015 22:48

Para: Geral

Assunto: QUESTIONÁRIO "PREVENIR A CORRUPÇÃO NO SETOR PÚBLICO. UMA EXPERIÊNCIA DE 5 ANOS"

#### Ofício-Circular

Exmo. Senhor Presidente/Direto-Geral/Secretário-Geral  
Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra S.A.

Em 2015 completam-se 5 anos sobre o início da efetividade da recomendação 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) relativa à elaboração e adoção de Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas por todas as entidades do Setor Público.

São já mais de mil as entidades de natureza pública que têm planos de prevenção de riscos de corrupção. Por isso, o CPC considera ser este o momento adequado para proceder a uma avaliação, com caráter amplo, que permita perceber as principais dificuldades que têm sido sentidas no processo de elaboração e execução dos Planos.

Assim e através de um questionário, pretende o CPC conhecer mais em profundidade o processo de elaboração e adoção destes instrumentos de gestão pelas entidades e as eventuais dificuldades que existam na adoção e execução das medidas preventivas neles previstas.

Neste sentido, solicitamos e agradecemos a V. Exa. a melhor colaboração dessa entidade para a resposta a este questionário até ao dia 27 de fevereiro de 2015.

Para acesso ao questionário considere as seguintes elementos:

- A APSS, S.A. produziu o Relatório & Contas de 2017 e o Relatório de Governo Societário de 2017.

O Relatório & Contas de 2017 foi aprovado pela DE 137/2018 de 29 de março, enquanto que o Relatório do Governo Societário foi aprovado pela DE 195/2018 de 10 de maio.

Extrato da Ata n.º 13, de 29 de Março de 2018

-----  
Deliberação n.º 137/2018

RELATÓRIO E CONTAS 2017/APSS, S.A.

-----  
O Conselho de Administração delibera aprovar o RELATÓRIO E CONTAS 2017/APSS, S.A.  
(Workflow 1295/2018).  
-----

**APSS**  
Administração das Portas  
de Setúbal e Sotomaior, S.A.

Extrato da Ata n.º 19, de 10 de Maio de 2018

-----  
Deliberação n.º 195/2018

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO DE 2017 - APSS, S.A.

-----  
O Conselho de Administração delibera aprovar conforme proposto, o “Relatório de Governo Societário de 2017, da APSS, S.A.”, (Workflow n.º 1748/2018).  
-----

Medida 22	<p><b>Informações Confidenciais sobre contratos de concessão, enviadas para a AdC - “Autoridade da Concorrência”</b></p> <p>A AdC, solicitou à APSS a 02-05-2014, a prestação de um conjunto de <b>informações confidenciais sobre contratos de concessão com movimentação de cargas</b>, no âmbito da realização de um Estudo sobre o Setor Portuário Nacional, nos termos do artº 43º, nº 2 da Lei nº 19/2012, de 8 maio.</p> <p>A resposta à solicitação da AdC, foi enviada pela APSS a 08-05-2014, considerando 2 grupos temáticos, em que a informação não deverá ser publicitada por razões distintas a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- o 1º grupo de casos respeitantes aos <b>valores das rendas praticadas e estudos económico-financeiros (incluindo valores de investimentos reais das concessionárias e movimento de mercadorias)</b>, que são considerados elementos confidenciais em razão do “segredo industrial”, identificando para cada concessão/licença com movimentação de cargas, o prazo da concessão, o processo de prolongamento da concessão/licenciamento, a propriedade das Infraestruturas e dos Equipamentos instalados e a Responsabilidade/Risco dos Investimentos a realizar;</li> <li>- o 2º grupo de casos, que se refere aos <b>Planos de Proteção e de Segurança</b>, que são suscetíveis de revelar a vulnerabilidade dos Terminais e das Unidades Industriais associadas.</li> </ul>
-----------	--

Medida 23	<p><b>Contactos com entidades formadoras para a realização de uma ação de formação na APSS na vertente de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas</b></p> <p>Iniciaram-se ainda no final de 2015 contactos com entidades formadoras para a realização de uma ação de formação sobre prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, tendo sido escolhido o formador Professor Doutor António João Maia, do Conselho de Prevenção da Corrupção do Tribunal de Contas, para a realização da ação de formação “Ética, transparência e prevenção de riscos de corrupção na Administração Pública”, que acabou por se realizar a 05-05-2016, nas instalações da APSS, S.A. e que foi extensiva às Chefias da APSS e aos elementos que compõem a Bolsa Interna de Auditores da Administração Portuária.</p>
-----------	--

### **3. AÇÕES A DESENVOLVER EM 2018**

*Prevêem-se as seguintes ações, a desenvolver em 2018:*

- a) Promover ações de divulgação / esclarecimento sobre o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCCIC);
- b) Envio de e-mail a todos/as os/as colaboradores/as, informando da existência de uma nova revisão do Plano na rede interna da APSS, S.A.;
- c) Promoção da divulgação na rede interna da principal legislação e outros documentos sobre este tema, as ações previstas e efetuadas,
- d) Atualização do Plano pela Comissão de Monitorização do PGRCCIC e elaboração de relatório anual sobre a execução do mesmo, a apresentar ao Conselho de Administração;
- e) Consolidação da equipa de auditoria interna pluridisciplinar de apoio à Comissão de Monitorização, com autonomia técnica para exercer as suas funções, integrada na bolsa de auditores/as do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança da APSS, S.A.;
- f) Nos termos do artº 110 do Código do Processo Administrativo “Delegação de Poderes”, iniciar a identificação no âmbito dos respetivos Serviços, de quais os “atos” que poderão constar da delegação de poderes nos membros do Conselho de Administração da Autoridade Portuária (CA), com o objetivo de aligeirar substancialmente a carga burocrática, especialmente sempre que seja exigida uma Deliberação do referido CA;
- g) Criação do Código de Conduta do Conselho de Administração da APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A. e da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A..

### 3.1 CALENDARIZAÇÃO DAS AÇÕES NO ANO DE 2018

<b>Ação</b>	<b>I Trimestre</b>	<b>II Trimestre</b>	<b>III Trimestre</b>	<b>IV Trimestre</b>
<b>Acompanhamento do Plano</b>	X	X	X	X
<b>Auditorias</b>		X		X
<b>Sensibilização</b>			X	
<b>Revisão do Plano</b>		X		X
<b>Relatório anual de execução</b>			X	
<b>Envio para Entidades competentes</b>			X	
<b>Código de Conduta do C.A. da APL, S.A. e da APSS, S.A.</b>	X			



#### **4.0 RISCOS ELIMINADOS/REDUZIDOS**

No cumprimento do Despacho de Sua Ex<sup>a</sup>. a Ministra do Mar, datado de 21-02-2018, nomeadamente naquilo que se refere ao artº 12º “Códigos de Conduta Setoriais” da Resolução do Conselho de Ministros nº 52/2016, de 8 de setembro, foi criado o Código de Conduta do Conselho de Administração da APL, S.A. e da APSS, S.A., que representa um compromisso de orientação assumido pelos membros do Conselho de Administração das duas Autoridades Portuárias de Lisboa e de Setúbal/Sesimbra, no exercício das suas funções.

Melhorou-se a rastreabilidade da documentação interna, por via da introdução do Programa SENDYS. Esta alteração permite uma maior agilidade e dinâmica, através da integração de pessoas e sistemas, numa visão de processos controlados e rastreáveis.

#### **5.0 RISCOS IDENTIFICADOS AO LONGO DO ANO QUE NÃO FORAM CONSIDERADOS NO PLANO INICIAL.**

Fundamentalmente a identificação dos riscos iniciais mantiveram-se, pelo que não há nada de relevante a assinalar.

#### **6.0 OPORTUNIDADES DE MELHORIA**

- Evoluir para um plano de gestão de riscos de negócio mais global e abrangente;
- Poderá ser dada uma maior exposição ao total das deliberações e por conseguinte a totalidade dos atos de gestão da organização;
- Poderá ser melhorado o controlo do desempenho da totalidade dos prestadores de serviços, incluindo os jurídicos;
- Promover ainda mais as competências de Auditoria Interna, especializada;
- Melhorar a comunicação interna a nível horizontal e vertical;
- Particular acompanhamento e incidência nos Processos que envolvam a Concessão e os Títulos de Utilização/Exploração.

## 7.0 CONCLUSÕES

A gestão do risco de corrupção e de infrações conexas reveste-se de um carácter transversal, sendo da responsabilidade de todos/as os/as colaboradores/as desta organização cumprir e fazer cumprir com o **código de ética e de conduta** e com as disposições do **Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da APSS,S.A.**

É manifesto que de uma forma geral as medidas adotadas no ano de 2017 sensibilizaram os/as colaboradores/as para os riscos associados às áreas que apresentam maior suscetibilidade à existência de situações violadoras dos princípios da prossecução do interesse público, da igualdade de tratamento, da proporcionalidade, da transparência, da imparcialidade, da boa-fé e da boa administração, as áreas da contratação pública (utilização da plataforma de contratação pública SaphetyGov”, em substituição da plataforma eletrónica Gatewit Construlink) e da concessão de benefícios públicos.

Com efeito, exige-se hoje não só que a Administração Portuária procure a realização dos interesses públicos, tomando as decisões mais adequadas e eficientes para a realização harmónica dos interesses envolvidos, mas que o faça de forma clara, transparente e nesse particular considera-se que o **Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da APSS,S.A.** ajuda a salvaguardar essa transparência.

Em suma considera-se que o **Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da APSS,S.A.**, passou a ser encarado como um instrumento de gestão com diferentes valências, traduzida na melhoria de:

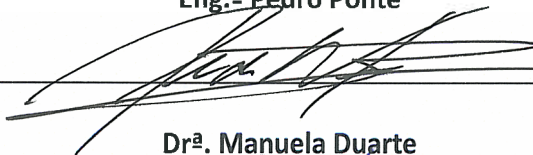
- Eficácia e eficiência das operações e dos processos;
- Na consciencialização dos riscos associados;
- No reforço do controlo interno;
- Nos resultados da organização;

Ponderando a execução das medidas anteriormente apresentadas, qualifica-se o mecanismo de controlo interno, como ajustado à dimensão, complexidade e volume de negócios desta empresa.

A APSS construiu e mantém uma gestão estruturada eficiente e transparente alinhada com um código de conduta e uma filosofia de responsabilidade, pautada pela conformidade legal e normativa em vigor.

**A Comissão de Monitorização do PGRCIC**

**Eng.º Pedro Ponte**



**Dr.ª Manuela Duarte**



**Dr.ª Joana Coelho**



**Dr. Valadas Lopes**

